



D.C.G.
Fis. _____

VISTO

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.F. – DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 1/24**

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019 – SMARH

O MUNICÍPIO DE PELOTAS, através do Departamento de Compras Governamentais – S.M.F., sito à Rua Santos Dumont, nº 149(2º andar) – Centro – Pelotas/RS – CEP 96.020.380 – Fone (53)3309-5935, torna público que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial, sob número 03/2019 – SMARH, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a **Contratação de Agente de Integração para realização de serviço de seleção, recrutamento e acompanhamento administrativo de estudantes, na condição de estagiários na administração direta e indireta**. O edital e demais informações sobre a licitação podem ser obtidas no endereço www.pelotas.com.br e www.portaldecompraspublicas.com.br.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

- 1 – OBJETO:** Contratação de Agente de Integração para realização de serviço de seleção, recrutamento e acompanhamento administrativo de estudantes, na condição de estagiários na administração direta e indireta.
- 2 – LOCAL:** Departamento de Compras Governamentais – S.M.F., sito à Rua Santos Dumont, nº 149(2º andar) – Centro – Pelotas/RS – CEP 96.020.380.
- 3 – MODALIDADE DA LICITAÇÃO:** Pregão tipo “menor percentual global” (taxa de administração).
- 4 – REFERÊNCIA DE TEMPO:** Será usado como referência de tempo o horário de Brasília.
- 5 – RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS ATÉ: 07/06/2019 às 14h.**
- 6 – CREDENCIAMENTO: às 14h.**
- 7 – ABERTURA DAS PROPOSTAS: às 14h.**
- 8 – INÍCIO DA DISPUTA: às 14h.**
- 9 – TEMPO DE DISPUTA: 3 minutos por licitante.**

Pelotas, 27 de maio de 2019.

Gislaine Duarte Rodrigues
Chefe de Compras Governamentais



D.C.G.
Fis. _____

VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.F. – DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 2/24

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019 – SMARH

- 1 – Das Disposições Gerais.
- 2 – Do Objeto.
- 3 – Das Condições de Participação.
- 4 – Do Credenciamento.
- 5 – Dos Prazos.
- 6 – Da Forma de Apresentação dos Documentos e Propostas.
- 7 – Da Proposta.
- 8 – Dos Documentos de Habilitação.
- 9 – Da Sessão do Pregão.
- 10 – Da Formalização do Contrato.
- 11 – Da Alteração do Contrato.
- 12 – Da Inexecução e da Rescisão do Contrato.
- 13 – Das Penalidades.
- 14 – Das Impugnações e Recursos.
- 15 – Da Homologação e Adjudicação.
- 16 – Do Pagamento.
- 17 – Do Reajuste.
- 18 – Da Responsabilidade e Obrigação das Partes.
- 19 – Dos Esclarecimentos Suplementares.
- 20 – Da Dotação Orçamentária.
- 21 – Das Disposições Finais.

1 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 1.1 O MUNICÍPIO DE PELOTAS, através do Departamento de Compras Governamentais – S.M.F., torna público que no dia especificado nas considerações iniciais deste edital, a Comissão designada pela Portaria nº 310/2017, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 4.563/2003, modificado pelo Decreto Municipal 5064/2008, Lei Municipal nº 5.645/2009, Lei Complementar 123/2006 e 147/2014 e demais disposições legais subsidiariamente aplicáveis à espécie, estará reunida para processamento da licitação na Modalidade de Pregão, o qual realizar-se-á na forma presencial.
- 1.2 A obtenção de esclarecimentos sobre a presente licitação deverá ser formulada por escrito, endereçada ao Pregoeiro em até 02 dias antes da data marcada para a disputa, através do fone (53)3309-5935 ou pelo endereço eletrônico licitapelotas@gmail.com
- 1.3 O D.C.G. não receberá os envelopes entregues fora do horário e/ou local especificado neste Edital.
- 1.4 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório, ou por servidor do D.C.G. A autenticação de documentos pelo D.C.G., se for o caso, deverá ser feita com até um dia útil anterior à data de abertura; não serão aceitos protocolos, documentos enviados pelo processo de fac-símile (fax), em cópia não autenticada, nem documentos com prazo de validade vencido.

2 - DO OBJETO

- 2.1 **Constitui objeto do presente Edital a seleção de empresa especializada, com vistas a Contratação de Agente de Integração para realização de serviço de seleção, recrutamento e**



D.C.G.
Fis. _____

VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.F. – DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 3/24

acompanhamento administrativo de estudantes, na condição de estagiários, conforme descrito no Anexo I – Termo de Referência/Objeto, Anexo VI – Especificações Técnicas do Serviço, deste Edital.

- 2.2 O prazo da prestação dos serviços é de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, de acordo com a legislação vigente.

3 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 3.1 Somente poderão participar da licitação as empresas que comprovarem a habilitação jurídica, a regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômica financeira e a qualificação técnica.
- 3.1.1 A qualificação jurídica, a regularidade fiscal e trabalhista, poderá ser comprovada através do Certificado de Registro Cadastral do Município de Pelotas, com prazo de validade em curso. A qualificação jurídica e a regularidade fiscal poderá ser comprovada pelo extrato do SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), com validade plena.
- 3.1.2 As empresas interessadas poderão requerer o Certificado de Registro Cadastral do Município de Pelotas, no Departamento de Compras Governamentais da Secretaria Municipal da Fazenda até o terceiro dia útil anterior à data de recebimento dos envelopes, desde que o requerimento seja deferido até esta data.
- 3.1.2.1 O prazo de 03 (três) dias úteis também deverá ser respeitado pelas empresas que necessitarem atualização do Certificado de Registro Cadastral do Município de Pelotas.
- 3.2 Não será permitida a participação de empresas em consórcio.
- 3.3 Não será permitida a participação de empresas que não possua atividade compatível com o objeto da presente licitação.
- 3.4 Não poderão participar desta licitação empresas que se encontrem em processo falimentar, de dissolução, ou liquidação, bem como aquelas que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública.
- 3.5 A entrega dos envelopes, sem a participação pessoal da licitante, equivale à recusa em oferecer lance inferior ao da proposta, acarretando como único efeito jurídico a impossibilidade de participar da etapa de lances verbais.
- 3.6 Após análise do **menor lance**, bem como da possibilidade de desempate nos termos dos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/06, o Pregoeiro anunciará a proponente vencedora.
- 3.6.1 Poderão se beneficiar do disposto na Lei Complementar 123/06 todas as empresas cujos lances situarem-se dentro do limite estabelecido no artigo 44, § 2º da lei supracitada.
- 3.6.2 Somente poderá ser deferida a possibilidade de desempate às empresas que:
- a) No momento da entrega das propostas apresentarem declaração, a condição de EPP ou ME;
 - b) Apresentarem novos lances no prazo máximo de 3 minutos após o encerramento de cada lance e declaração do vencedor.
- 3.6.3 Havendo divergência entre o valor unitário e o global correspondente, prevalecerá o cotado em preço unitário, devendo o Pregoeiro proceder à correção no valor global.

4 – DO CREDENCIAMENTO

- 4.1 No dia, horário e local estabelecidos no preâmbulo deste edital, serão realizados pelo Pregoeiro, em sessão pública o credenciamento das licitantes, o recebimento e a abertura dos envelopes: Proposta e Documentação de Habilitação.
- 4.2 Será admitido para cada empresa participante na licitação um único representante, o qual deverá apresentar-se ao Pregoeiro para ser credenciado.
- 4.2.1 Não será admitida a participação de um único representante para duas ou mais empresas para o



D.C.G.
Fis. _____

VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.F. – DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 4/24

mesmo item.

- 4.3 O representante deverá comprovar possuir poderes para formulação de propostas e praticar os demais atos relativos a este pregão.
- 4.3.1 A comprovação dos poderes atribuídos ao representante dar-se-á através da posse de instrumento público de procuração, ou instrumento particular, ambos com poderes específicos para tomar qualquer decisão relativamente a todas as etapas do pregão.
- 4.3.2 Caso o representante seja sócio ou titular da empresa, deverá apresentar documento que comprove sua capacidade de representar a mesma, tais como: contrato social ou estatuto.
- 4.4 Para fins de credenciamento o representante deverá portar:
- Documento de identidade;
 - Procuração por instrumento público ou por instrumento privado;
 - Cópia autenticada do contrato social ou estatuto;
 - Declaração de Credenciamento, conforme modelo constante do Anexo II, prevista no inciso VII do art. 4º da Lei Federal nº 10.520/2002.
- 4.5 O representante legal da empresa que não se credenciar perante o Pregoeiro ficará impedido de manifestar-se, proferir lances, de negociar preços, de recorrer, ou renunciar a direitos.

5 – DOS PRAZOS

- 5.1 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.
- 5.2 Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste item em dia de expediente da Prefeitura Municipal de Pelotas.
- 5.3 O D.C.G. convocará a Licitante vencedora para assinatura do contrato, que deverá ser celebrado no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a partir do recebimento da convocação.
- 5.4 É facultado à entidade promotora da Licitação, quando o convocado não assinar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços.
- 5.5 Na hipótese de o D.C.G. não assinar o contrato com a empresa vencedora ou com outra, na ordem de classificação no prazo de 60 (sessenta) dias, ficam estas liberadas de quaisquer compromissos assumidos.
- 5.6 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura.
- 5.6.1 O prazo de execução poderá ser prorrogado mediante Termo Aditivo, de acordo com a legislação vigente.

6 - FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS E PROPOSTAS

- 6.1 A proposta financeira e os documentos exigidos no presente Edital deverão ser apresentados em 02 (dois) envelopes, indevassáveis e lacrados, distintos e numerados de 01 a 02, na seguinte forma:

- I – ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA** – Terá na parte externa as seguintes indicações:
- ENVELOPE Nº 01
 - PROPOSTA FINANCEIRA
 - DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS
 - RUA SANTOS DUMONT, Nº 149(2º ANDAR) – CENTRO – PELOTAS/RS – CEP 96.020.380
 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019



D.C.G.
Fis. _____

VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.F. – DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 5/24

- NOME COMPLETO DA LICITANTE.

II – ENVELOPE Nº 02 – HABILITAÇÃO – Terá na parte externa as seguintes indicações:

- ENVELOPE Nº 02
- HABILITAÇÃO
- DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS
- RUA SANTOS DUMONT, Nº 149(2º ANDAR) – CENTRO – PELOTAS/RS – CEP 96.020.380
- PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019
- NOME COMPLETO DA LICITANTE.

- 6.2 Os documentos de quaisquer dos envelopes deverão ser apresentados em idioma português, datilografados ou digitados, terão suas folhas numeradas em ordem crescente, e não poderão conter rasuras ou entrelinhas.
- 6.2.1 Documentos emitidos pela licitante devem ser identificados contendo a assinatura do representante legal da empresa, bem como, o número de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do emissor e os documentos ou atestados emitidos por terceiros devem ser redigidos em folha com timbre ou logotipo, contendo o número de inscrição do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do emissor e assinatura do representante legal.
- 6.2.2 Para os documentos disponibilizados pela Internet e cuja autenticidade poderá ser verificada via consulta no site correspondente, pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio, serão aceitas cópias simples.
- 6.3 Não serão aceitos protocolos, documentos em cópia não autenticada, nem documentos com prazo de validade vencido.
- 6.4 Todos os documentos exigidos deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será **de 90 (noventa)** dias contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado (s) de Capacidade Técnica (quando exigidos no item 8).
- 6.5 Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste Edital, bem como aquelas manifestamente inexequíveis, presumindo-se como tais as que contiverem preços vis ou excessivos, face aos preços correntes no mercado.
- 6.6 Poderão ser aceitas as propostas em que se constatem erros de cálculos nos preços propostos, reservando-se o Pregoeiro o direito de corrigi-los.
- 6.7 Nos preços propostos deverão ser computadas todas as despesas, indispensáveis à execução do objeto licitado, inclusive encargos das leis sociais, seguros e quaisquer despesas acessórias e necessárias, não especificadas neste Edital, e relativas ao objeto desta Licitação.
- 6.8 A Licitante que apresentar o **extrato do SICAF**, fica dispensada de juntar os documentos relativos à qualificação jurídica (com exceção do Anexo IV) e fiscal. A Licitante que apresentar o **CRC (Certificado de Registro Cadastral)** emitido pela entidade promotora da licitação, fica dispensada de juntar os documentos relativos à qualificação jurídica (com exceção do Anexo IV e V), qualificação econômica financeira, fiscal e trabalhista.
- 6.9 Os documentos exigidos na licitação que o **extrato do SICAF ou CRC** não substituir deverão ser apresentados pela licitante. Ressalte-se que o **extrato do SICAF ou CRC** que apresentar documentos com prazo de validade vencido, só será aceito para fins de habilitação em procedimento licitatório, se vier acompanhado dos novos documentos válidos.

OBSERVAÇÃO: Quando os envelopes forem enviados pelo correio, ou quando o representante legal não possuir interesse em participar do certame, a Licitante deverá apresentar além dos



D.C.G.
Fis. _____

VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.F. – DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 6/24

envelopes citados no item 06, um envelope contendo a declaração **conforme Anexo II**, sob pena de ficar impedida de participar do certame.

7 – DA PROPOSTA

- 7.1 No envelope nº 01 – PROPOSTA, que indicará na parte externa, as especificações constantes do item 6.1. “I” deste Edital, deverá constar:
- 7.1.1 Proposta de preços, bem como uma declaração de validade da mesma por prazo não inferior a 60 (sessenta) dias da data de abertura da licitação.
- 7.1.2 No caso de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, deverão as mesmas comprovarem sua condição de ME, EPP através da opção pelo SIMPLES NACIONAL nos termos da Lei Complementar nº 123/06, comprovando no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no Inciso II do Caput do Art. 3º da LC 123/06, ou através de comprovação de enquadramento na Junta Comercial.
- 7.2 Poderão ser exigidos documentos complementares e planilhas de preços a serem apresentados apenas pela licitante vencedora, caso em que será fixada data, local e horário para entrega.
- 7.3 O Pregoeiro não deverá considerar qualquer oferta de vantagens não previstas no Edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas das demais Licitantes.
- 7.4 A proposta financeira deverá ser redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em papel com timbre ou carimbo da empresa, devidamente datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador e **deverá consignar expressamente, o preço que nesta licitação, será representado pelo menor percentual global (menor taxa de administração), proposto pela licitante para a execução dos serviços discriminados no Anexo I – Termo de Referência, bem como declaração de validade da mesma por prazo não inferior a 60 (sessenta) dias da data de abertura da licitação**, também deverá ser indicado o nome do Banco, número da conta, o nome e número da agência, onde deverão ser depositados os pagamentos das obrigações pactuadas, bem como deverá constar o nome do representante legal da empresa para posterior assinatura do contrato quando necessário, deverá também constar a validade da proposta, a descrição dos serviços a serem executados, conforme o Anexo I do Edital. Nos preços deverão estar contempladas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, toda e qualquer despesa que venha a incidir sobre o preço do objeto.
- 7.5 Os valores ofertados por **cooperativas serão acrescidos de 15%**, sobre o valor total da mão-de-obra, **para fins de julgamento**.
- 7.6 Caso haja incidência de ICMS e/ou IPI, as alíquotas desses tributos deverão estar destacadas na proposta.
- 7.7 Caso haja redução de base de cálculo de qualquer tributo, a mesma deverá ser destacada na proposta, devidamente justificada.
- 7.8 As propostas deverão atender integralmente o Termo de Referência – Anexo I, deste Edital.
- 7.9 Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes nos preços ofertados até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula.
- 7.10 Preço total inclusos os tributos incidentes.
- 7.11 **O preço total, correspondente a todos os serviços prestados, deverá conter o percentual referente à taxa de administração que será cobrado sobre o valor da bolsa auxílio dos estagiários, devendo o preço ser equivalente ao de mercado na data da sessão pública de disputa de preços, limitado ao percentual máximo de 6,40%.**

8 – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 8.1 Para a habilitação na licitação exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa à:



D.C.G.
Fis. _____

VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.F. – DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 7/24

- I Habilitação Jurídica;
- II Regularidade Fiscal;
- III Regularidade Trabalhista;
- IV Qualificação Econômica e Financeira; e
- V Qualificação Técnica.

8.2 PARA AS EMPRESAS:

8.2.1 As empresas que desejarem participar da Licitação estarão condicionadas à apresentação de 02 (dois) envelopes, indevassáveis e lacrados, numerados de 01 a 02, nos quais deverão conter os documentos e as expressões a seguir especificadas.

8.2.2 No envelope nº 02 – HABILITAÇÃO, que indicará na parte externa as especificações discriminadas no item 6.1.II deste Edital, deverá conter os seguintes documentos:

8.2.3 HABILITAÇÃO JURÍDICA

A documentação relativa à Habilitação Jurídica, exceto a declaração descrita no subitem 8.2.3.3, **poderá** ser substituída pela apresentação do **extrato do SICAF** ou Certificado de Registro Cadastral do Município de Pelotas, com validade plena.

8.2.3.1 Ato constitutivo, estatuto social, cópia autenticada do contrato social ou Certidão Simplificada em vigor, devidamente registrada pela Junta Comercial do respectivo Estado, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores. Caso a empresa já tenha apresentado no Credenciamento, fica desobrigada de apresentar novamente nesta etapa.

8.2.3.2 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

8.2.3.3 Apresentação das declarações descritas conforme o Anexo IV deste edital.

8.2.4 REGULARIDADE FISCAL

A documentação relativa à Habilitação Fiscal, **poderá** ser substituída pela apresentação do **extrato do SICAF** ou Certificado de Registro Cadastral do Município de Pelotas, com validade plena.

8.2.4.1 Certificado de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

8.2.4.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria da Fazenda Estadual.

8.2.4.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de todos os tributos municipais do domicílio ou sede do proponente.

8.2.4.4 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de:

8.2.4.4.1 Certidão Negativa de Dívida Ativa da União, expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional

8.2.4.4.2 Certidão Negativa de Tributos Federais, expedida pela Receita Federal.

8.2.5 REGULARIDADE TRABALHISTA

A documentação relativa à Regularidade Trabalhista, **poderá** ser substituída pela apresentação do **extrato do SICAF** ou Certificado de Registro Cadastral do Município de Pelotas, com validade plena.

8.2.5.1 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho.

8.2.6 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

A documentação relativa à Qualificação Econômica e Financeira, **poderá** ser substituída pela



D.C.G.
Fis. _____

VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.F. – DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 8/24

apresentação do Certificado de Registro Cadastral do Município de Pelotas, com validade plena.

- 8.2.6.1 Certidão negativa de falência ou concordata ou execução patrimonial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

8.2.7 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 8.2.7.1 Certidão de Registro da Empresa no Conselho Regional de Administração da sede da licitante em vigor e em situação regular.
- 8.2.7.2 Apresentação de atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a aptidão física (experiência) da licitante para desempenho de atividade similar, pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

8.3 PARA OS AUTÔNOMOS:

- 8.3.1 Os proponentes que desejarem participar da Licitação estarão condicionados à apresentação de 02 (dois) envelopes, indevassáveis e lacrados, numerados de 01 a 02, nos quais deverão conter os documentos e as expressões a seguir especificadas.
- 8.3.2 No envelope nº 02 – HABILITAÇÃO, que indicará na parte externa as especificações discriminadas no item 6.1 “II” deste Edital, deverá conter os seguintes documentos:

8.3.3 HABILITAÇÃO JURÍDICA

A documentação relativa à Habilitação Jurídica, **poderá** ser substituída pela apresentação do Certificado de Registro Cadastral do Município de Pelotas, com validade plena.

- 8.3.3.1 Carteira de identidade.
- 8.3.3.2 Apresentação das declarações descritas conforme o Anexo V deste Edital.

8.3.4 REGULARIDADE FISCAL

A documentação relativa à Habilitação Fiscal, **poderá** ser substituída pela apresentação do Certificado de Registro Cadastral do Município de Pelotas, com validade plena.

- 8.3.4.1 Prova de inscrição no cadastro de pessoas físicas – CPF.
- 8.3.4.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de certidão negativa de débito.
- 8.3.4.3 Prova de inscrição no cadastro de contribuinte municipal em caso de autônomo.

8.3.5 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

- 8.3.5.1 Certidão Negativa de Execução Patrimonial, expedida pelo domicílio da pessoa física.

8.3.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 8.3.6.1 Apresentação de atestado fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando a aptidão física (experiência) da licitante para desempenho de atividade similar, pertinente e compatível com o objeto desta licitação.
- 8.3.6.2 Alvará de atividade municipal.
- 8.3.6.3 **Declaração, em nome do proponente, que o mesmo realizará os serviços.**

9 – DA SESSÃO DO PREGÃO

- 9.1 A presente licitação será processada e julgada com observância do seguinte procedimento:

- I – Abertura dos envelopes “Proposta” dos concorrentes.
- II – Abertura dos envelopes “Habilitação” dos concorrentes.

- 9.2 A abertura dos envelopes “Proposta” e “Habilitação” será realizada sempre em ato público, previamente designado, do qual se lavrará Ata circunstanciada, assinada pelas Licitantes presentes, pela Equipe de Apoio e pelo Pregoeiro.

- 9.3 No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, o Pregoeiro abrirá a sessão pública, procederá o



D.C.G.
Fis. _____

VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.F. – DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 9/24

credenciamento dos presentes, receberá a declaração dos licitantes que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, e abrirá os envelopes contendo as propostas, as quais devem ser rubricadas pelos presentes, e apresentarem-se em consonância com o Termo de Referência – Anexo I.

- 9.4 Após declarada aberta a sessão pelo Pregoeiro, não mais serão admitidos novos proponentes.
- 9.5 O Pregoeiro classificará a proposta escrita de menor preço e aquelas apresentadas com valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) em relação a esta, facultado ao pregoeiro a classificação de todas as propostas ou, a seleção das melhores propostas, até o máximo de três, quaisquer que sejam os preços ofertados, quando não verificadas no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições anteriores.
- 9.6 Será considerada aceitável a proposta que:
 - a) Atenda a todos os termos deste Edital.
 - b) Contenha preço compatível com os praticados no mercado.
- 9.7 Constatada a existência de proposta(s) inexequível(eis) o Pregoeiro excluirá a Licitante da etapa de lances.
- 9.8 As Licitantes poderão durante o período fixado no preâmbulo oferecer lances verbais, iniciando pela maior proposta, de forma sequencial, até a menor, sempre com valor inferior ao último registrado, com decremento de no mínimo 1% (um por cento) do valor do menor lance.
- 9.9 O participante poderá estabelecer comunicação com a empresa durante a sessão, tendo o tempo de 03 minutos para propositura do lance sob pena de desconsideração do mesmo. Ressalte-se ainda que não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo o lance recebido e registrado em primeiro lugar.
- 9.10 A etapa de lances será encerrada mediante aviso de término do tempo emitido pelo Pregoeiro, ou desistência expressa de apresentar lances por parte das licitantes.
- 9.11 A desclassificação da proposta implica em preclusão da possibilidade da licitante ofertar lances verbais.
- 9.12 A licitante que se abster de apresentar lance verbal, quando convocada pelo Pregoeiro, será excluída desta etapa, sendo mantido seu último preço apresentado para efeito de ordenação das propostas.
- 9.13 Encerrada a etapa competitiva e classificadas as ofertas a partir da proposta de menor preço, o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta à Licitante que tenha apresentado o menor lance, para que seja obtido preço mais vantajoso para a Administração.
- 9.14 Sendo aceitável a proposta de menor preço será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação para confirmação das condições de habilitação. Constatado o atendimento pleno das exigências do Edital, o Pregoeiro declarará a vencedora podendo ser adjudicado o objeto da presente licitação.
- 9.15 Se não forem atendidas as exigências de habilitação da Licitante vencedora, o Pregoeiro examinará a oferta classificada em segundo lugar, verificando sua aceitabilidade e requisitos de habilitação, e assim sucessivamente até encontrar uma proposta que atenda as condições.
- 9.16 A sessão pública do Pregão só estará concluída após declaradas as vencedoras em cada item do certame e encerrado o prazo para manifestação de intenção de interposição de recurso.
- 9.17 O Pregoeiro poderá suspender, cancelar ou reabrir a sessão pública a qualquer momento.
- 9.18 Sendo aceitável a oferta de menor preço, será verificado o atendimento das condições de habilitação.
- 9.19 Constatado o atendimento pleno das exigências, proceder-se-á na forma do item 16 do presente Edital.



D.C.G.
Fis. _____

VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.F. – DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 10/24

9.20 Após adjudicado o objeto pelo Pregoeiro, os autos serão encaminhados à Procuradoria Geral do Município para análise e parecer, e posteriormente à Prefeita Municipal para homologação da licitação.

10 – DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 O contrato a ser firmado entre o Município de Pelotas e a Licitante vencedora, observadas as condições deste edital, terá suas cláusulas estabelecidas pelo primeiro.

10.2 A desistência da entidade promotora da licitação de contratar com a licitante melhor classificada, não oferece a está o direito à indenização ou reembolso de qualquer espécie.

10.3 A Licitante vencedora tem o prazo de até 05 (cinco) dias para assinar o contrato após convocada pela Administração, sob pena de aplicação da multa prevista no item 13.1.

11 – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11.1 O Contrato poderá ser alterado nos seguintes casos:

I – Unilateralmente, pela Administração:

- a) Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária à modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei Federal nº 8.666/93.

II – Por acordo das partes:

- a) Quando necessária a modificação no regime de fornecimento em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial.

11.1.1 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos após a assinatura do contrato, de comprovada repercussão nos preços contratados, poderão implicar na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

11.1.2 Em havendo alteração unilateral do contrato, que aumente os encargos da contratada, a Administração poderá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, conforme a legislação pertinente.

11.1.3 A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem até 25% do valor inicial do contrato.

12 – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

12.1 O Contrato será rescindido de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem qualquer espécie de indenização à contratada, nos casos previstos no Edital:

12.2 A rescisão unilateral nos termos do item anterior ocorrerá conforme Artigo 78 e seus incisos da Lei Federal nº. 8.666/93:

12.2.1 Pelo não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

12.2.2 Pelo cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;

12.2.3 Pela lentidão do seu cumprimento, levando o contratante a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

12.2.4 Pelo atraso injustificado no início do fornecimento;

12.2.5 Pela paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação ao contratante;

12.2.6 Pela contratação total ou parcial do seu objeto, a associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Edital;



D.C.G.
Fis. _____

VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.F. – DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 11/24

- 12.2.7 Pelo desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- 12.2.8 Pelo cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do Artigo 67 desta Lei;
- 12.2.9 Pela decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- 12.2.10 Pela dissolução da sociedade ou o falecimento da contratada;
- 12.2.11 Por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no Processo Administrativo a que se refere o Contrato;
- 12.2.12 Pela ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.
- 12.3 A inexecução total ou parcial do Contrato por culpa da contratada enseja sua rescisão, com as consequências contratuais previstas em Lei de acordo com os artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 12.4 Caso o contratante não se utilize da prerrogativa de rescindir o Contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento do valor do serviço, até que a contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida.

13 – DAS PENALIDADES

- 13.1 Sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e da propositura da competente ação civil de ressarcimento município dos prejuízos de correntes da inadimplência contratual, o proponente ficará sujeito as seguintes penalidades:
 - a) Multa de 2% (Dois por cento) sobre o valor da fatura ou da nota fiscal da respectiva prestação de serviços, no caso de atraso ou negligência no cumprimento das obrigações;
 - b) Suspensão do direito de licitar, num prazo de até dois anos, dependendo da gravidade da falta;
 - c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar nos casos de falta grave, com anotação no registro cadastral.

14 – DAS IMPUGNAÇÕES E RECURSOS

- 14.1 Decairá do direito de impugnação dos termos do Edital de Pregão, aquele que não se manifestar em até 02 (dois) dias úteis antes da data prevista para abertura da sessão da licitação, apontadas às falhas e irregularidades que o viciaram, cabendo ao Pregoeiro decidir em 24 horas.
- 14.2 Dos demais atos relacionados com o Pregão, ao final da sessão pública, qualquer Licitante poderá manifestar imediatamente a intenção de recorrer, devendo a proponente **manifestar motivadamente** sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões.
 - 14.2.1 A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a proponente pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.
- 14.3 A proponente que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo Pregoeiro, disporá do prazo de **03 (três) dias corridos** para a apresentação das razões do recurso e será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as contrarrazões em igual número de dias.
- 14.4 A falta de manifestação, conforme acima especificado, importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação, pelo Pregoeiro, do objeto à vencedora.
- 14.5 Não serão aceitos recursos às alegações que não se relacionem às razões indicadas pela Licitante recorrente na sessão pública.
- 14.6 O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo na hipótese que tratar de habilitação



D.C.G.
Fis. _____

VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.F. – DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 12/24

ou inabilitação da licitante, de julgamento das propostas, e podendo a autoridade competente, motivadamente, atribuir eficácia suspensiva nos demais casos.

- 14.7 Os autos deste Processo permanecerão franqueados aos interessados, junto à Equipe de Apoio do Pregoeiro, Rua Santos Dumont, nº 149(2º andar) – Centro – Pelotas/RS – CEP 96.020.380.
- 14.8 A apresentação de impugnação ou recurso, após o prazo estipulado no item anterior, receberá tratamento de mera informação, bem como a não apresentação da impugnação ou recurso determina a decadência do direito.
- 14.9 A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á ciência às licitantes através de comunicação via fax.

15 – DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

- 15.1 Inexistindo manifestação recursal, o Pregoeiro adjudicará o objeto da licitação às licitantes vencedoras, com a posterior homologação pela autoridade superior.
- 15.2 Havendo interposição de recurso, após o julgamento e seu trânsito em julgado, a autoridade superior adjudicará o objeto do certame à Licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

16 – DO PAGAMENTO

- 16.1 O pagamento da empresa vencedora será feito, mensalmente, após a emissão do empenho, mediante a Nota Fiscal/Fatura, em conta específica da contratada, dentro do cronograma fixado pela Secretaria Municipal da Fazenda deste Município.
- 16.2 A fatura ou nota fiscal de serviço (quando da prestação de serviços) não deverá conter vício ou incorreções que impossibilitem o pagamento, e deverão estar acompanhadas de cópias autenticadas das guias de pagamento do FGTS e INSS, quando solicitado pela Contratante, referentes aos empregados da CONTRATADA ligados diretamente ao fornecimento, hipótese em que a Contratada suportará o ônus decorrente de eventual atraso.

17 – DO REAJUSTE

- 17.1 O reajuste dos valores dos contratos oriundos desta licitação dar-se-á através da atualização da planilha de custo, com a revisão de todos os fatores que compõem o custo do serviço, sempre a cada 12 (doze) meses.

18 – DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÃO DAS PARTES

- 18.1 Compete à CONTRATADA:

A) realizar processo seletivo dos estudantes por meio de exame e prova objetiva de conhecimentos básicos em língua portuguesa, informática e atualidades de caráter classificatório, considerando os níveis: médio e técnico/superior.

A.1) os candidatos deverão ter aproveitamento de no mínimo 50% (cinquenta) por cento.

A.2) a contratação dos candidatos aprovados fica condicionada a existência de vagas de estágio a ordem de classificação dos candidatos.

A.3) o processo seletivo será presencial e realizado anualmente ou quando se esgotarem os nomes das listas dos classificados.

B) divulgar as vagas nas instituições de ensino;

C) captar os candidatos;

D) contratar em favor do estagiário seguro obrigatório contra acidentes pessoais cuja a apólice seja compatível com os valores de mercado;



D.C.G.
Fis. _____

VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.F. – DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 13/24

E) confeccionar os “termos de compromisso de estágio”, e devolver à secretaria municipal de administração e recursos humanos devidamente assinado pelas partes, anexando o comprovante do seguro obrigatório;

F) controlar a regularidade das matrículas e das frequências do estágio junto as instituições de ensino;

G) controlar e encaminhar às instituições de ensino as avaliações periódicas dos estagiários conforme legislação;

H) acompanhar e controlar a execução do plano de estágio e encaminhar às instituições de ensino os relatórios das atividades com vistas obrigatória aos estagiários;

I) controlar os vencimentos dos termos de compromisso de estágios e comunicar às partes os vencimentos;

J) elaborar os aditivos de renovação dos termos e adotar as providências para as assinaturas de todos os envolvidos;

K) proceder o pagamento e a gestão de seguros contra acidentes pessoais;

L) responder as consultas técnicas e dúvidas da secretaria municipal de administração e recursos humanos quanto à legislação que rege o estágio ou qualquer outra relativa à execução do contrato;

M) entregar à secretaria municipal de administração e recursos humanos os termos de compromissos de estágio ou seus aditivos, devidamente assinados pelas partes, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis a contar da data da aprovação dos candidatos pela secretaria;

N) encaminhar à secretaria municipal de administração e recursos humanos com antecedência de 30 (trinta) dias do seu vencimento os termos de renovação de estágio;

O) preparar e encaminhar cópia à secretaria municipal de administração e recursos humanos dos documentos, relatórios e seguro exigíveis para os estágios, conforme previsto na lei nº 11.788/08;

P) comunicar imediatamente à secretaria municipal de administração e recursos humanos eventuais irregularidades ocorridas na vida escolar do estagiário;

Q) efetuar o pagamento mensal das bolsas de estágio diretamente aos estagiários.

18.2 – São obrigações da CONTRATANTE:

A) conceder o auxílio transporte ao estagiário;

B) elaborar perfil e encaminhar as vagas para contratação de estagiários de acordo a demanda;

C) avaliar o desempenho do estagiário conforme previsto na legislação e encaminhar à contratada para o envio às instituições de ensino;

D) comunicar à contratada a solicitação de rescisão antecipada do termo de compromisso de estágio, solicitada pelo estagiário ou pela secretaria municipal de gestão administrativa e financeira, para reposição, quando for o caso;

E) efetuar o pagamento à contratada, correspondente a taxa de administração por estagiário administrado, na qual já está incluído o seguro obrigatório para cada estagiário, conforme disposto no item 16, após a entrega da nota fiscal/fatura no setor competente.

19 – DOS ESCLARECIMENTOS SUPLEMENTARES

19.1 Nenhuma indenização será devida às Licitante pela apresentação de documentação ou proposta relativa a esta licitação.

19.2 As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, sob pena de serem consideradas inidôneas.

19.3 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

19.4 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas às Licitantes por



D.C.G.
Fis. _____

VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.F. – DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 14/24

qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento.

- 19.5 É facultado ao Pregoeiro, ou à autoridade a ela superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive suspendendo ou interrompendo a sessão, que só se reiniciará após a diligência.
- 19.6 A participação nesta licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital.
- 19.7 A adjudicação do objeto desta licitação a um ou mais licitantes, não obstará, entretanto, o direito de contratar parcialmente o objeto, sem que advenha disto, a qualquer reivindicação ou indenização.
- 19.8 A microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentar documentos referente à Regularidade Fiscal com restrições, tem assegurado o prazo de 05(cinco) dias úteis, a partir do momento que for declarado vencedor do certame, para apresentar ao Departamento de Compras Governamentais as respectivas certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 19.9 A apresentação da proposta será a evidência de que a Licitante examinou e aceitou completamente as normas desta Licitação, e que obteve do D.C.G. todos os esclarecimentos satisfatórios à sua confecção, inclusive referente às normas, instruções e regulamentos necessários.
- 19.10 Caso a Licitante vencedora não apresente situação regular no ato da assinatura do contrato, ou venha recusar-se a celebrá-lo dentro do prazo estabelecido, e na vigência de sua proposta, sujeitar-se-á às sanções cabíveis, reservando-se o D.C.G. o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, renovar a licitação ou convocar os remanescentes.
- 19.11 Faculta-se ao Pregoeiro relevar erros formais ou omissões irrelevantes desde que não afetem o entendimento da proposta e não violem os princípios que informam o presente procedimento.
- 19.12 Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras Governamentais – S.M.F. pelo fone (53)3309-5935, bem como o envio de documentação, serão atendidos durante o expediente, de segunda a sexta-feira das 13h às 18h, ou via e-mail licitapelotas@gmail.com
- 19.13 Constituem partes integrantes deste instrumento convocatório:
- 19.13.1 Anexo I – Termo de Referência;
- 19.13.2 Anexo II – Declaração de Credenciamento;
- 19.13.4 Anexo III – Declaração Jurídica;
- 19.13.6 Anexo IV – Especificações Técnicas;
- 19.13.10 Anexo V – Minuta do Contrato.

20 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 20.1 As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações nº:
- 04.122.0002.2246.00 (SMARH) – 04.062.0107.2211.00 (SMG) – 04.122.0107.1045.00 (SMG) – 04.122.0002.2017.00 (SMG) – 08.243.0002.2018.00 (SMG) – 04.122.0002.2247.00 (SMF) – 15.122.0002.2010.00 (SSUI) – 10.122.0002.2001.00 (SMS) – 20.122.0002.2011.00 (SDR) – 26.122.0002.2012.00 (STT) – 13.122.0002.2013.00 (SECULT) – 18.122.0002.2014.00 (SQA) – 15.122.0002.2016.00 (SMOP) – 16.122.0002.2021.00 (SHRF) – 04.122.0002.2019.00 (SEPLAG) – 12.122.0002.2002.00 (SMED) – 27.122.0002.2003.00 (SMED) – 23.122.0002.2022.00 (SDET) – 04.122.0002.2004.00 (GABINETE DA PREFEITA – CHEFIA DE GABINETE) – 04.122.0002.2250.00 (GABINETE DA PREFEITA – DEFESA CIVIL) 04.062.0002.2005.00 (PGM) – 04.131.0002.2007.00 (ASCOM) – 04.124.0002.2009.00 (C.T.C.I) – 04.122.0002.2008.00 (GABINETE VICE PREFEITO) – 08.122.0002.2025.00 (SAS – ADM) – 08.122.0002.2026.00 (SAS – IGUALDADE SOCIAL) – 15.122.0002.2024.00 (SGCMU) – 06.122.0002.2020.00 (SMSP) / 3.3.90.39.00.00.00.00.



D.C.G.
Fis. _____

VISTO

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.F. – DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 15/24**

21 – DISPOSIÇÃO FINAL

- 21.1 O FÔRO da Comarca de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul, fica eleito como único competente para dirimir quaisquer dúvidas que não possam ser resolvidas administrativamente.

Pelotas, 27 de maio de 2019.

Gislaine Duarte Rodrigues
Chefe de Compras Governamentais



D.C.G.
Fis. _____

VISTO

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.F. – DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 16/24**

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

I. Especificações do objeto:

ESCOLARIDADE	VALOR DA BOLSA	Nº DE ESTAGIÁRIOS	CARGA HORÁRIA
Nível Superior/Técnico	R\$ 998,00	105	30h/sem.
Nível Médio	R\$ 748,50	40	30h/sem.
Taxa de administração: % ()			
OBS.: A taxa máxima de administração será de 6,40%.			

A contratação deverá compreender:

a) O serviço consiste na contratação de Agente de Integração para realização de serviço de seleção, recrutamento e acompanhamento administrativo de estudantes, na condição de estagiários.

II – Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, de acordo com a legislação vigente.

III – Pagamento: O pagamento da empresa vencedora será feito após a emissão do empenho, após a execução dos serviços, mediante a Nota Fiscal, em conta específica da contratada, dentro do cronograma fixado pela Secretaria Municipal da Fazenda deste Município.



D.C.G.
Fis. _____

VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.F. – DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 17/24

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº,
sediada, por intermédio de seu representante legal, Sr.
(a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nº....., CPF
nº, declara, perante à Lei, que:

- a) Tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos; e
- b) Cumpre fielmente todos os requisitos de habilitação na presente licitação e que o produto apresentado obedece às especificações previstas no Anexo I – Termo de Referência.

Cidade – (UF), de..... de 2019.

(nome do representante legal)
Carimbo da Empresa



D.C.G.
Fis. _____

VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.F. – DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 18/24

ANEXO III

DECLARAÇÃO JURÍDICA

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº,
sediada, por intermédio de seu representante legal, Sr.
(a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nº....., CPF
nº, declara, perante a Lei, que até a presente data:

- a) Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- b) Atende à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos;
- c) Não está impedido de transacionar com a Administração Pública; e
- d) Não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93 consolidada pela Lei Federal nº 8.883/94;

Cidade – (UF), de..... de 2019.

(nome do representante legal)
Carimbo da Empresa



D.C.G.
Fis. _____

VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.F. – DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 19/24

ANEXO IV

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO SERVIÇO

a) realizar processo seletivo dos estudantes por meio de exame e prova objetiva de conhecimentos básicos em língua portuguesa, informática e atualidades de caráter classificatório, considerando os níveis: Médio e Técnico/Superior.

a.1) os candidatos deverão ter aproveitamento de no mínimo 50% (cinquenta) por cento.

a.2) a contratação dos candidatos aprovados fica condicionada a existência de vagas de estágio a ordem de classificação dos candidatos.

a.3) o processo seletivo será presencial e realizado anualmente ou quando se esgotarem os nomes das listas dos classificados.

b) divulgar as vagas nas Instituições de Ensino;

c) captar os candidatos;

d) contratar em favor do estagiário seguro obrigatório contra acidentes pessoais cuja a apólice seja compatível com os valores de mercado;

e) confeccionar os “Termos de compromisso de Estágio”, e devolver à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos devidamente assinado pelas partes, anexando o comprovante do seguro obrigatório;

f) controlar a regularidade das matrículas e das frequências do estágio junto as Instituições de Ensino;

g) controlar e encaminhar às Instituições de Ensino as avaliações periódicas dos estagiários conforme legislação;

h) acompanhar e controlar a execução do plano de estágio e encaminhar às Instituições de Ensino os relatórios das atividades com vistas obrigatória aos estagiários;

i) controlar os vencimentos dos termos de compromisso de estágios e comunicar às partes os vencimentos;

j) elaborar os aditivos de renovação dos termos e adotar as providências para as assinaturas de todos os envolvidos;

k) proceder o pagamento e a gestão de seguros contra acidentes pessoais;

l) responder as consultas técnicas e dúvidas da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos quanto à legislação que rege o estágio ou qualquer outra relativa à execução do contrato;

m) entregar à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos os termos de compromissos de estágio ou seus aditivos, devidamente assinados pelas partes, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis a contar da data da aprovação dos candidatos pela Secretaria;

n) encaminhar à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos com antecedência de 30 (trinta) dias do seu vencimento os termos de renovação de estágio;

o) preparar e encaminhar cópia à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos dos documentos, relatórios e seguro exigíveis para os estágios, conforme previsto na Lei nº 11.788/08;

p) comunicar imediatamente à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos eventuais irregularidades ocorridas na vida escolar do estagiário;

q) efetuar o pagamento mensal das bolsas de estágio diretamente aos estagiários.



D.C.G.
Fis. _____
VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.F. – DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 20/24

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xxx/2019

Contrato Administrativo para a CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇO DE SELEÇÃO, RECRUTAMENTO E ACOMPANHAMENTO ADMINISTRATIVO DE ESTUDANTES, NA CONDIÇÃO DE ESTAGIÁRIOS, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PELOTAS e a empresa

O **MUNICÍPIO DE PELOTAS**, pessoa jurídica de direito público interno, com Prefeitura na Praça Cel. Pedro Osório, nº 101, inscrito no CNPJ/MF sob nº 87.455.531/0001-57, neste ato representado pela Sra. Prefeita Municipal, **Paula Schild Mascarenhas**, brasileira, solteira, professora, inscrita no CPF/MF sob o nº 572.094.640-34, de ora em diante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e a, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida nanº na cidade de Pelotas - RS, inscrita no CNPJ/MF sob nº, neste ato representada pelo Sr., inscrito no CPF/MF sob nº, de ora em diante denominada simplesmente **CONTRATADA**, firmam o presente contrato para a CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇO DE SELEÇÃO, RECRUTAMENTO E ACOMPANHAMENTO ADMINISTRATIVO DE ESTUDANTES, NA CONDIÇÃO DE ESTAGIÁRIOS, de acordo com o Pregão Presencial nº 03/2019 - SMARH e o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto Municipal nº 5.064/2008 e demais legislações aplicáveis que regem a espécie, as quais as partes se sujeitam, mediante as cláusulas e condições a seguir descritas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1 O objeto do presente contrato é a contratação de Agente de Integração para realização de serviço de seleção, recrutamento e acompanhamento administrativo de estudantes, na condição de estagiários.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

- 2.1 O prazo para a execução dos serviços referidos na Cláusula Primeira, objeto do presente contrato, deverá ser pelo período de 12 (doze) meses.
- § 1º Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas, a SMARH não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.
- § 2º O recebimento não exclui a responsabilidade da **CONTRATADA** pela perfeita execução do contrato (empenho), ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da **CONTRATANTE**:

- a) conceder o auxílio transporte ao estagiário;
- b) elaborar perfil e encaminhar as vagas para contratação de estagiários de acordo a demanda;
- c) avaliar o desempenho do estagiário conforme previsto na legislação e encaminhar à contratada para o envio às Instituições de Ensino;
- d) comunicar à contratada a solicitação de rescisão antecipada do termo de compromisso de estágio, solicitada pelo estagiário ou pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, para reposição, quando for o caso;
- e) efetuar o pagamento à contratada, correspondente a taxa de administração por estagiário



D.C.G.
Fis. _____

VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.F. – DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 21/24

administrado, na qual já está incluído o seguro obrigatório para cada estagiário, conforme Cláusula Sexta, após a entrega da Nota Fiscal/Fatura no setor competente.

CLÁUSULA QUARTA – RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

a) realizar processo seletivo dos estudantes por meio de exame e prova objetiva de conhecimentos básicos em língua portuguesa, informática e atualidades de caráter classificatório, considerando os níveis: Médio e Técnico/Superior.

a.1) os candidatos deverão ter aproveitamento de no mínimo 50% (cinquenta) por cento.

a.2) a contratação dos candidatos aprovados fica condicionada a existência de vagas de estágio a ordem de classificação dos candidatos.

a.3) o processo seletivo será presencial e realizado anualmente ou quando se esgotarem os nomes das listas dos classificados.

b) divulgar as vagas nas Instituições de Ensino;

c) captar os candidatos;

d) contratar em favor do estagiário seguro obrigatório contra acidentes pessoais cuja a apólice seja compatível com os valores de mercado;

e) confeccionar os “Termos de compromisso de Estágio”, e devolver à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos devidamente assinado pelas partes, anexando o comprovante do seguro obrigatório;

f) controlar a regularidade das matrículas e das frequências do estágio junto as Instituições de Ensino;

g) controlar e encaminhar às Instituições de Ensino as avaliações periódicas dos estagiários conforme legislação;

h) acompanhar e controlar a execução do plano de estágio e encaminhar às Instituições de Ensino os relatórios das atividades com vistas obrigatória aos estagiários;

i) controlar os vencimentos dos termos de compromisso de estágios e comunicar às partes os vencimentos;

j) elaborar os aditivos de renovação dos termos e adotar as providências para as assinaturas de todos os envolvidos;

k) proceder o pagamento e a gestão de seguros contra acidentes pessoais;

l) responder as consultas técnicas e dúvidas da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos quanto à legislação que rege o estágio ou qualquer outra relativa à execução do contrato;

m) entregar à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos os termos de compromissos de estágio ou seus aditivos, devidamente assinados pelas partes, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis a contar da data da aprovação dos candidatos pela Secretaria;

n) encaminhar à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos com antecedência de 30 (trinta) dias do seu vencimento os termos de renovação de estágio;

o) preparar e encaminhar cópia à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos dos documentos, relatórios e seguro exigíveis para os estágios, conforme previsto na Lei nº 11.788/08;

p) comunicar imediatamente à Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos eventuais irregularidades ocorridas na vida escolar do estagiário;

q) efetuar o pagamento mensal das bolsas de estágio diretamente aos estagiários.

r) Correrão por conta da **CONTRATADA** as despesas com leis sociais e outras de caráter trabalhista; bem como, as referentes ao veículo, obedecendo às normas estabelecidas no Edital.



D.C.G.
Fis. _____

VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.F. – DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 22/24

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1 A **CONTRATANTE** pagará mensalmente à **CONTRATADA** o valor correspondente a % de Taxa de Administração sobre o valor da bolsa auxílio, por cada estagiário administrado de Nível Médio e Superior/Técnico, na qual já está incluído o Seguro obrigatório para cada estagiário.

Parágrafo Único – Fica expressamente estabelecido que o preço acima referido inclui todos os custos diretos e indiretos, tais como: despesas diretas e indiretas, fretes, seguros em geral, impostos, taxas, encargos trabalhistas e previdenciários e demais despesas atinentes ao serviço.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1 O pagamento será feito em moeda corrente nacional e liberados mensalmente, de acordo com a quilometragem mensal efetivamente rodada, e após conferência da Nota Fiscal pelo órgão competente da **CONTRATANTE**, em conta corrente específica da **CONTRATADA**, dentro do cronograma fixado pela Secretaria Municipal da Fazenda.

6.1.1 A **CONTRATANTE** não se obriga a pagar os dias em que não for realizado o transporte por motivo de força maior ou caso fortuito.

§ 1º Conforme Lei Municipal, no Empenho de Prestação de Serviços de Pessoa Jurídica, poderá, se necessário, ser retido o Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, de acordo com Tabela nº 1 – Atividades de Empresas.

§ 2º Poderá também, se necessário, haver retenção do imposto de Renda – IRRF, em conformidade com a legislação vigente.

§ 3º O pagamento somente será liberado mediante a apresentação de comprovante de recolhimentos de INSS, PIS, FGTS, etc. e, em havendo verbas rescisórias, comprovante de pagamento das mesmas aos empregados/cooperados.

§ 4º Se ocorrer a situação de ficar a Escola sem veículo, por qualquer motivo, a **CONTRATANTE** poderá rescindir o contrato com a **CONTRATADA** e fazer nova contratação para suprir tal falta, obedecidas as regras do devido processo licitatório.

§ 5º Fica condicionado o pagamento, a comprovação da vistoria do veículo a cada 6 (seis) meses.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1 O reajuste dos valores deste contrato dar-se-á através da atualização da planilha de custo, com a revisão de todos os fatores que compõem o custo do serviço, sempre a cada 12 (doze) meses.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações nº: 04.122.0002.2246.00 (SMARH) – 04.062.0107.2211.00 (SMG) – 04.122.0107.1045.00 (SMG) – 04.122.0002.2017.00 (SMG) – 08.243.0002.2018.00 (SMG) – 04.122.0002.2247.00 (SMF) – 15.122.0002.2010.00 (SSUI) – 10.122.0002.2001.00 (SMS) – 20.122.0002.2011.00 (SDR) – 26.122.0002.2012.00 (STT) – 13.122.0002.2013.00 (SECULT) – 18.122.0002.2014.00 (SQA) – 15.122.0002.2016.00 (SMOP) – 16.122.0002.2021.00 (SHRF) – 04.122.0002.2019.00 (SEPLAG) – 12.122.0002.2002.00 (SMED) – 27.122.0002.2003.00 (SMED) – 23.122.0002.2022.00 (SDET) – 04.122.0002.2004.00 (GABINETE DA PREFEITA – CHEFIA DE GABINETE) – 04.122.0002.2250.00 (GABINETE DA PREFEITA – DEFESA CIVIL) 04.062.0002.2005.00 (PGM) – 04.131.0002.2007.00 (ASCOM) – 04.124.0002.2009.00 (C.T.C.I) – 04.122.0002.2008.00 (GABINETE VICE PREFEITO) – 08.122.0002.2025.00 (SAS – ADM) – 08.122.0002.2026.00 (SAS – IGUALDADE SOCIAL) – 15.122.0002.2024.00 (SGCMU) – 06.122.0002.2020.00 (SMSP) / 3.3.90.39.00.00.00.00.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

O recebimento do produto será fiscalizado pela Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, ou através de qualquer outro órgão pelo **CONTRATANTE** designado.



D.C.G.
Fis. _____

VISTO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.F. – DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 23/24

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

Sem prejuízo das demais sanções previstas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, da propositura da competente ação civil de ressarcimento do município dos prejuízos decorrentes da inadimplência contratual, a **CONTRATADA** ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da Fatura ou Nota Fiscal do respectivo fornecimento, no caso de atraso ou negligência no cumprimento das obrigações contratuais;
- b) Suspensão do direito de licitar num prazo de até 02 (dois) anos, dependendo da gravidade da falta;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar nos casos de falta grave, com anotação no registro cadastral; e

Parágrafo Único – Para efeito da aplicação das sanções previstas nesta cláusula, fica estabelecido o direito ao contraditório e a ampla defesa, nos termos do que dispõe o artigo 87 da lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

- a) o contrato será rescindido de pleno direito, independente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem qualquer espécie de indenização à **CONTRATADA**, nos casos previstos no Edital e neste contrato.
- b) a rescisão unilateral nos termos do item anterior, ocorrerá conforme Artigo 78 e seus incisos da Lei nº 8.666/93 :
 - b.1) pelo não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
 - b.2) pelo cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
 - b.3) pela lentidão do seu cumprimento, levando a **CONTRATANTE** a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;
 - b.4) pelo atraso injustificado no início do fornecimento;
 - b.5) pela paralisação do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à **CONTRATANTE**;
 - b.6) pela sub contratação total ou parcial do seu objeto, a associação da **CONTRATADA** com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Edital e no contrato;
 - b.7) pelo desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
 - b.8) pelo cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do Artigo 67 da Lei 8.666/93;
 - b.9) pela decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - b.10) pela dissolução ou extinção da sociedade ou o falecimento da **CONTRATADA**;
 - b.11) pelas razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a **CONTRATANTE** e exaradas no Processo Administrativo a que se refere o contrato;
 - b.12) pela ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.
- c) A inexecução total ou parcial do contrato por culpa da **CONTRATADA** enseja sua rescisão, com as consequências contratuais previstas em Lei de acordo com os artigos 77, 78 e 79 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- d) Caso a **CONTRATANTE** não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento do valor dos produtos, até que a **CONTRATADA** cumpra integralmente a condição contratual infringida.

Parágrafo Único – No caso de rescisão, fica a **CONTRATANTE** desobrigado desde já, com plena concordância da **CONTRATADA**, do ônus decorrente da rescisão, prevista na legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Da penalidade aplicada caberá recurso à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, ficando a mesma suspensa até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.



D.C.G.
Fis. _____

VISTO

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS
S.M.F. – DEPARTAMENTO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS - 24/24**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, de acordo com a legislação vigente e o disposto na Cláusula Décima Primeira deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

O presente contrato vincula-se às condições do Edital e à proposta da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Aplica-se à execução deste contrato, e a casos omissos, a Lei nº 10.520/2002, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 4.563/2003, modificado pelo Decreto Municipal 5064/2008 e demais disposições legais subsidiariamente aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA COMPATIBILIZAÇÃO

Obriga-se a **CONTRATADA** a manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Pelotas, como sendo o único e competente para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, para que se produzam seus jurídicos efeitos.

Pelotas, de de 2019.

PAULA SCHILD MASCARENHAS
PREFEITA MUNICIPAL
CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:

1. _____
CPF _____.____.____-____
2. _____
CPF _____.____.____-____

VISTO
Procuradoria Geral do Município